

URB NOURJ

CPV-CENTRO DE DOC E PESQUISA VERGUEIRO
R. Sao Domingos, 224
Bela Vista
Sao Paulo SP 01.326-000

SE LIGA NO Sinal

Caderno Encarte
nº 5
10 Anos do
Se liga no SINAL

Pesquisa: a necessidade do apoio social para enfrentar os problemas de saúde

3

Informação do CEPEL
Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina

Ano X - Número 1 - abr/mai/jun 2001

Fórum de Desenvolvimento da Maré: Em busca de soluções globais para os problemas locais

Remédios genéricos: ainda falta o essencial

6

Plantas Medicinais e acolhimento: o trabalho da Farmácia Comunitária da Vila do Pinheiro

7

CPV
15 MAR 2004
Ar da Documentação

JORNAL TRIMESTRAL
PUBLICADO PELO
CEPEL - CENTRO DE
ESTUDOS E
PESQUISAS DA
LEOPOLDINA,
ENTIDADE SEM FINS
LUCRATIVOS PARA
ASSESSORIA AOS
MOVIMENTOS DA
REGIÃO DA
LEOPOLDINA

COMISSÃO EDITORIAL

Cristina M. (Kita) Eitler
Fernando C. R. Fernandes
Homero T. de Carvalho
M. Eugênia (Kena) U. Silva
Victor Vincent Valla
Wallace Hermann Júnior

APOIO ADMINISTRATIVO

Maria de Fátima Correia S.

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Homero T. de Carvalho
(Mtb 1127/05/65v -PR)

PROJETO GRÁFICO

Caco Chagas
Kita Eitler

EDITORIAÇÃO

Zona Criativa (2205 3220)

CAPA

Kita Eitler sobre óleo de
Lasar Segall - Paisagem
Brasileira, 1925.

APOIO KFS

JUVENTUDE CATÓLICA
AUSTRIACA
ENSP/FIOCRUZ

*O CEPEL autoriza a
reprodução total ou
parcial dos artigos
deste jornal, bem como
sua utilização para fins
educativos. Solicitamos
citação da fonte e o
envio de cópia em caso
de publicação.*



EDITORIAL

POR UM GOVERNO FEDERAL A FAVOR DA POPULAÇÃO

Sociedade brasileira se organiza para enfrentar o abandono das políticas públicas.

A crise de energia anunciada pelo governo federal tem gerado várias consequências na sociedade. Do lado do governo, a surpreendente “surpresa” do Presidente FHC com uma crise mais do que anunciada e a propaganda nas TVs e rádios propondo a idéia de “energia solidária” e o apelo para a sociedade “esquecer o passado”, isto é, esquecer as ruas iluminadas, os banhos quentes e a simples iluminação em casa. E nós os cidadãos, mais do que, de fato, surpreendidos com o anúncio da crise, fomos surpreendidos com as ameaças de multas e cortes de energia em nossas casas.

Mas, um ponto pode ser destacado, que talvez não fosse notado na confusão do momento. Ele foi ressaltado no artigo do Prof. Jurandir Freire Costa, da UERJ, publicado no jornal Folha de São Paulo, de 17 de junho de 2001. Para ele, a rapidez e eficiência com que a população respondeu à crise, economizando energia, teria a ver com a decepção da população diante da incompetência do governo federal e dos empresários do setor de energia.

A mobilização da população seria resultado da descrença neste governo federal e da convicção de que a situação é muito séria e se a população não agir, a sociedade pode ficar sem energia mesmo. Ou seja, quando se trata de condições básicas de vida, quem é o especialista é o povo.

As matérias deste número do Sinal, andam na mesma direção das idéias do Professor Jurandir. A busca pela sobrevivência pela população da Leopoldina faz com que várias iniciativas venham surgindo, tentando alertar as autoridades para seu papel. Os artigos sobre a farmácia comunitária e o Forum Social no Complexo de Favelas da Maré indicam um esforço enorme da população organizada em discutir seus problemas e reivindicar por serviços públicos que já deveriam existir, mas que nunca foram implan-

tados. A farmácia comunitária da Vila Pinheiro, como outras na região, está voltada para uma população que não consegue comprar medicamentos. Essa iniciativa pode ser melhor compreendida dentro do tema do “apoio social”, que também é abordado nesta edição: as iniciativas de apoio social, como as plantas medicinais, resolvem melhor os problemas que a população enfrenta e que os serviços públicos não conseguem sempre resolver. Ainda sobre os medicamentos, principalmente os seus preços no Brasil, também publicamos uma matéria sobre os genéricos e os essenciais.

Finalmente, a cobertura do grupo ambiental Verdejar, um grupo de moradores, sem recursos financeiros, mas com muito trabalho voluntário, que ao longo de muitos anos de mobilização vem alertando a população e as autoridades sobre a possibilidade real da Leopoldina perder seu último espaço de verde, a Serra da Misericórdia.

As matérias desta edição do Sinal tem em comum com as idéias do

Prof. Jurandir é a clareza de que é necessário a população reagir de uma forma organizada a este estado de irresponsabilidade do governo federal.

Para o CEPEL, tudo que a população vem fazendo não é novidade, pois faz parte da luta cotidiana pela sobrevivência. O que talvez seja novo é o crescimento dessa percepção da população de que ela precisa agir para poder salvar o país. E tanto a população desassistida quanto organizações como o CEPEL, o Verdejar e as muitas outras na região da Leopoldina, acreditam que é cada vez mais necessário um governo federal, mas também estaduais e municipais, a favor dos cidadãos, que pagam seus impostos com dinheiro e trabalho. ■



APOIO SOCIAL: A CONVIVÊNCIA COMO TERAPIA

Pesquisa mostra que a participação em igrejas e grupos comunitários contribuem para a melhoria de problemas de saúde da população, que os serviços não conseguem resolver.

Victor Vincent Valla

No número 45 do Se Liga no SINAL foram apresentados os primeiros resultados da investigação que o CEPEL vem realizando sobre a busca das classes populares pela solução de problemas de saúde depois que os serviços de saúde não os resolvem.

As igrejas de todas as denominações são os lugares mais procurados. A investigação sobre religião e saúde trabalha com duas idéias-chaves, a do sofrimento difuso e a do apoio social.

3

Alguns profissionais de saúde dizem que muitos dos seus pacientes quando procuram os postos de saúde não apresentam um problema específico - queixam-se de dores de cabeça e de dores em outras partes do corpo, sem apresentar um problema evidente. Essas dores seriam causadas por preocupações decorrentes de ansiedade, angústia, medos e, claro, a dificuldade de sobrevivência com salários achatados ou a falta de qualquer trabalho remunerado.

A identificação do problema de saúde que o paciente apresenta ao profissional leva ao posto não é a questão mais grave do sofrimento difuso, mas a sua mera medicalização. Esse risco decorre do pouco tempo disponível para cada consulta, que às vezes dura menos de cinco minutos, resultante da grande procura da população pelos postos de saúde, que estão sempre com uma quantidade insuficiente de profissionais para atender a demanda. Assim, o profissional até consegue identificar a causa da queixa das dores dos seus pacientes, mas é obrigado a ouvir a queixa e indicar algum tipo de medicamento para trazer um pequeno alívio, como por exemplo, uma aspirina ou um tranquilizante. Mas a origem do problema e a forma de lidar com ele não é encontrada.

A questão do sofrimento difuso é parte de uma discussão maior que é a teoria do apoio social. A teoria do apoio social trabalha com a idéia de que muitas vezes a causa principal da doença pode ser identificada na situação emocional da pessoa. Hoje, as emoções das pessoas estão sujeitas ao estresse a que todos estão submetidos e que explicaria o surgimento de muitas doenças. O estresse é um problema para todos, ricos e pobres, e é causado pelo falta de

tempo e de dinheiro, o medo sobre o futuro e a sensação de descontrole sobre a própria vida.

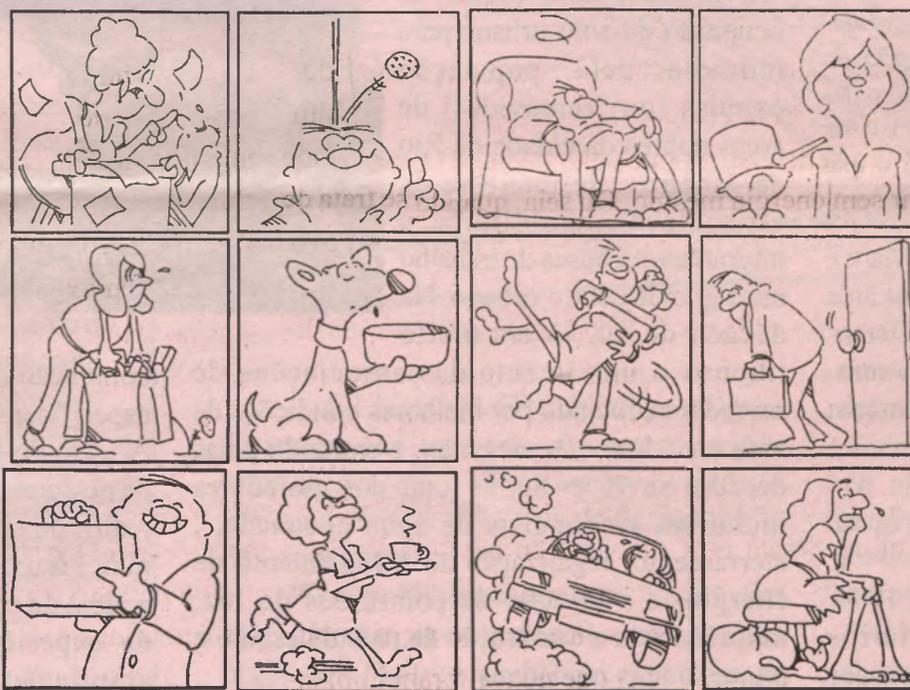
A pressão contínua sobre a pessoa, característica do estresse, seria a causa dos problemas emocionais, acabando por afetar um ou mais órgãos do corpo - para algumas pessoas, o rim, para outros, o estômago, e para outros, o intestino ou o coração. Muitas vezes, quando a reclamação de um paciente sobre uma parte do corpo é exposta pela primeira vez ao profissional de saúde, a doença pode ter se iniciado há mais tempo, como resultado de um distúrbio das emoções.

Mas se a teoria do apoio social identifica a origem de muitas doenças nas emoções, aponta que sua resolução também passa pelas emoções. Na prática, o apoio social é um exercício de prevenção, pois entende que a paz de espírito e a calma impediriam que a doença se instale no corpo.

Da mesma forma que o rico pode descansar no seu sítio, comer nos melhores restaurantes ou fazer uma terapia, que obviamente custam dinheiro, o pobre, buscando alívio ao estresse,

procura o apoio (social) onde pode se sentir acolhido e prestigiado. Os lugares onde esse amparo pode ser encontrado, mas também é dado por quem participa, são os grupos de vizinhança, as associações de pacientes nos hospitais e as igrejas.

O apoio social concretiza-se na situação em que a pessoa sente que tem um grupo ou instituição que se preocupa de uma forma sistemática com ela. E essa preocupação sistemática tem um efeito positivo sobre sua saúde, influenciando na sua situação emocional, que teria a ver com a origem da doença. ■





Carla Moura e Kena Silva

4

Recentemente, o CEPEL foi convidado a participar do Fórum de Desenvolvimento da Maré (FDM). O convite partiu de um grupo de participantes do movimento social das comunidades que integram o Complexo da Maré, que identificaram no CEPEL um importante parceiro no processo de instalação deste instrumento que já está reunindo as entidades que atuam na região em torno do objetivo de compartilhar soluções para problemas idênticos das diferentes comunidades.

Nesta edição do *Se Liga no SINAL*, publicamos algumas informações históricas sobre a Maré, o trabalho de algumas entidades que atuam na área e o processo de criação do FDM, que começou em janeiro deste ano. Ouvimos algumas lideranças envolvidas com o Fórum: Mário "Macaco", representante da Prefeitura; Léa Silva e Claudia Rose, diretoras do CEASM - Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, e Alberto, Ernani e Fernanda, integrantes do grupo cultural Devir.

O objetivo do encontro foi também estreitar o conhecimento mútuo, além de convidar o CEPEL a participar do Fórum de Desenvolvimento da Maré. Um dos papéis que o CEPEL pode desempenhar é contribuir para aumentar a visibilidade de experiências tão importantes como o FDM, visando com isto, passar informações para outras comunidades da região da Leopoldina que também estão discutindo o desenvolvimento local, como nos complexos de Mangueiros, do Alemão e da Penha. É o que estamos começando a fazer com esta matéria.

Pensar o desenvolvimento da Maré é um grande desafio, já que ela ocupa uma área enorme, marcada por situações muito diferentes entre as diversas comunidades que a compõem. São muitas as instituições que atuam nessa área, que se inicia em Mangueiros e termina na Penha, ao lado da Rodovia Washington Luís (Rio-Petrópolis), com quase duzentos mil moradores.

A Maré já é um bairro desde 1994, mas ainda faltam alguns mobiliários públicos e, como bairro, precisa ser

ordenado urbanisticamente. É importante enfatizar que o atual estágio de organização em que a Maré se encontra é resultado de um importante processo histórico de lutas dos moradores pela melhoria da qualidade de vida.

UM POUCO DE HISTÓRIA DA MARÉ

As primeiras grandes ocupações da Maré ocorreram na década de 40 com a construção da Avenida Brasil. Porém, a região já era ocupada, por fazendas, desde a época da colônia. Nesta época, a produção das fazendas abastecia o mercado interno, mas a inauguração da estação de trem, no século XIX, marcou final da importância econômica da atividade rural e o início da industrialização. A única atividade mais antiga que ainda persistiu por muitos anos, foi a pesca.

Na década de 40, iniciaram-se as chamadas "invasões", uma forma de ocupação do solo urbano para moradia pela população expulsa (ou "removida") de áreas nobres da cidade do Rio de Janeiro, de interesse da especulação imobiliária, e migrantes em busca de trabalho num grande centro urbano. Na década de 50, já era muito intenso o movimento das associações de moradores, lutando por melhores condições de vida na Maré. Desde então, e entrando pelas décadas de 70 e 80, as lutas dos moradores incluíram a conquista de água encanada, aterramento, legalização do fornecimento de energia, e a criação de comissões de luz, mutirões para a construção de rede de esgoto e muitas outras iniciativas.

FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ

Conheça uma parceria de entidades da região para buscar solução global para os problemas locais.

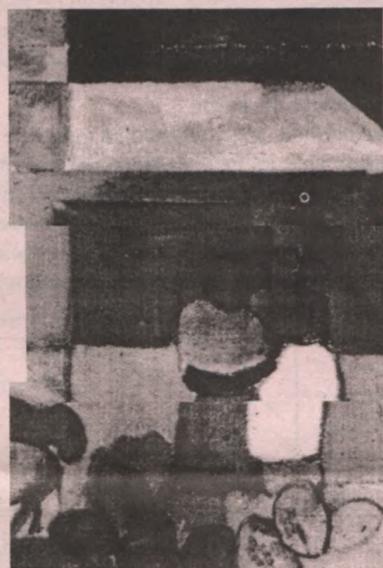
ANOS 90: DA ORGANIZAÇÃO DAS ENTIDADES AO FDM

A década de 80 foi marcada por uma intensa mobilização social. Já no anos 90, houve um refluxo da participação popular em todos os movimentos sociais do país, angustiando muitos atores sociais. Este foi o sentimento de um grupo de pessoas da Maré que no final dos anos 90, fundou o CEASM.

O CEASM foi fundado por moradores e ex-moradores da Maré, de diferentes tendências políticas, e com o desejo semelhante de promover uma intervenção mais global na Maré. Começando com uma equipe de doze professores e duas turmas de pré-vestibular, o CEASM cresceu rapidamente. Hoje conta com 2.000 alunos e reúne mais de cem profissionais em diversos projetos, como o pré-escolar, ensino fundamental e médio, preparatório, línguas estrangeiras, oficinas de formação profissional (vídeo, fotografia, laboratório de informática), grupo de capoeira e corpo de dança.

O início das articulações em torno do Fórum de Desenvolvimento da Maré se deu com a conjunção de idéias entre o CEASM e a Prefeitura, especificamente, da Região Administrativa da Maré. A idéia do Fórum surgiu num curso de capacitação de gestores de projetos da Macrofunção (ver quadro), realizado em 2000. Esse grupo pensou inicialmente num Fórum de Executores de Projetos na Maré, com a idéia de constituir um espaço permanente de troca de experiências. Logo depois, decidiu-se pela ampliação do Fórum, convocando-se outras instituições. Nesse momento, a então nova direção

Um dos principais objetivos do FDM é a articulação de instituições e grupos que atuam na Maré para pensar estratégias mais globais de atuação



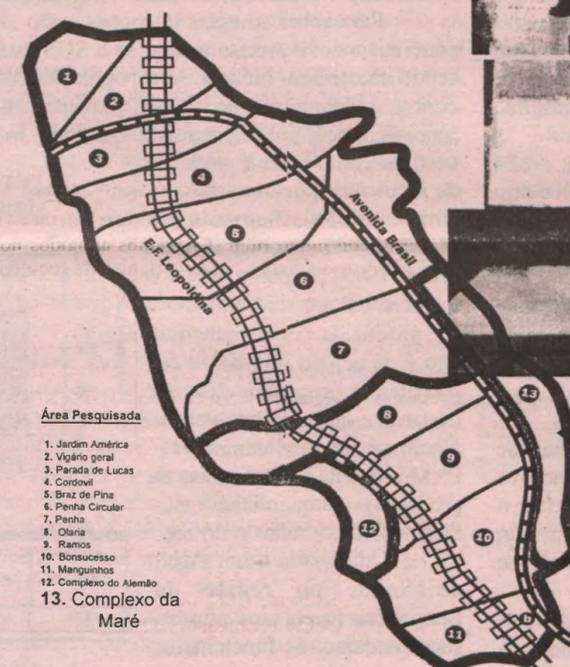
da Região Administrativa da Maré, empossada a partir da eleição do novo prefeito da cidade, passou a integrar o FDM. Um outro ator que se somou à proposta do Fórum foi a Câmara de Desenvolvimento Local, que tem como objetivo a captação de recursos de forma articulada com as demandas da região da Leopoldina. Esta Câmara, que não é pessoa jurídica, é sustentada com contribuições de empresas e tem função estritamente executiva.

Em janeiro de 2001 foi lançada, formalmente, a proposta do FDM. Entre seus principais objetivos está a articulação de instituições e grupos que atuam na Maré para pensar estratégias mais globais de atuação. Na abertura do Fórum compareceram 40 instituições e mais de 70 pessoas. Formou-se uma comissão provisória com quatro entidades: ACIM (Associação Comercial e Industrial da Maré), UNIMAR (União de Associações de Moradores da Maré), CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré) e Prefeitura, através da Região Administrativa da Maré. Esta Coordenação identificou vários desafios imediatos, como o envolvimento do Governo do Estado e a consolidação de dez grupos de trabalho.

O Grupo Devir, que desenvolve atividades culturais na Maré há cerca de cinco anos, promoveu no dia primeiro de maio, um evento que congregou vários grupos culturais. Nas discussões com o CEPEL a respeito desta atividade, o grupo levantou para o debate algumas questões acerca do FDM. Entre elas, a participação dos moradores como observadores, prevista no Regimento Interno do Fórum; quem pode ser considerado legítimo para apresentar demandas e as formas possíveis de encaminhamento das votações das propostas nas assembleias. As propostas do Devir visam o fortalecimento do Fórum, aprimorando a

participação democrática de todos os interessados. O CEPEL acredita que o Fórum pode se tornar um grande exemplo de construção comunitária compartilhada entre o poder público e privado para a transformação permanente da qualidade de vida da população da Maré.

participação democrática de todos os interessados. O CEPEL acredita que o Fórum pode se tornar um grande exemplo de construção comunitária compartilhada entre o poder público e privado para a transformação permanente da qualidade de vida da população da Maré.



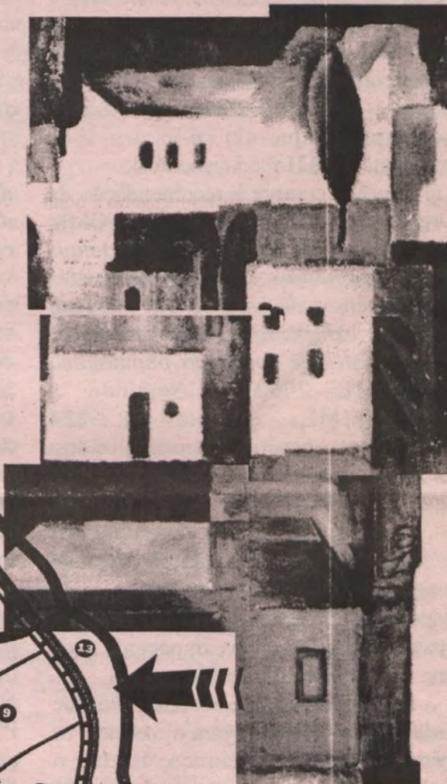
Você sabia que...

Pelo decreto lei 19.811, de 2001, a partir da identificação de áreas ociosas pelas comunidades, a Prefeitura se propõe a negociar com os proprietários para que nessas áreas sejam implantados projetos sociais municipais ou de entidades da sociedade civil.

A Maré já identificou 18 áreas ociosas e levantou a situação de três delas para a instalação do Pólo de Costura da Maré. E, brevemente, será formada uma cooperativa de reciclagem do lixo da Maré.

participação democrática de todos os interessados.

O CEPEL acredita que o Fórum pode se tornar um grande exemplo de construção comunitária compartilhada entre o poder público e privado para a transformação permanente da qualidade de vida da população da Maré.



5

Caderno S

Ano I - Nº 5
Encarte do SINAL Nº 47
abr/maio/jun 2001

EDITORIAL

Se Liga no SINAL – 10 Anos

Nesta edição do Caderno S, estamos comemorando o décimo aniversário do Se Liga no SINAL, uma iniciativa do CEPEL criada para possibilitar o acesso a informação e o conhecimento mútuo entre os movimentos sociais da região da Leopoldina. Para relembrar os compromissos do jornal, assumidos já na sua criação, estamos publicando o desenho da capa, trechos do editorial e duas matérias do primeiro número, que saiu no primeiro semestre de 1991. Esse material resume a forma como o jornal tem colocado em prática a sua proposta nestes 10 anos e demonstra a permanência de problemas de saúde coletiva no Rio de Janeiro, como o dengue e a meningite, ao longo do tempo. Numa homenagem ao primeiro presidente do CEPEL, Seu Cruz, falecido em 1995, republicamos a entrevista do número 7 (agosto/setembro 92), em que ele relembra a luta pela desativação do Curtume Carioca, que na década de 80 tornou-se a principal fonte poluidora da Leopoldina e reativou a mobilização da sociedade que, além das suas conquistas, ensejou a criação do Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina, o CEPEL.

Trechos do Editorial do Sinal nº 1 _____ p 1

Página 6, do Sinal nº 1:

"O Verão Acabou.... O Dengue Também?" e

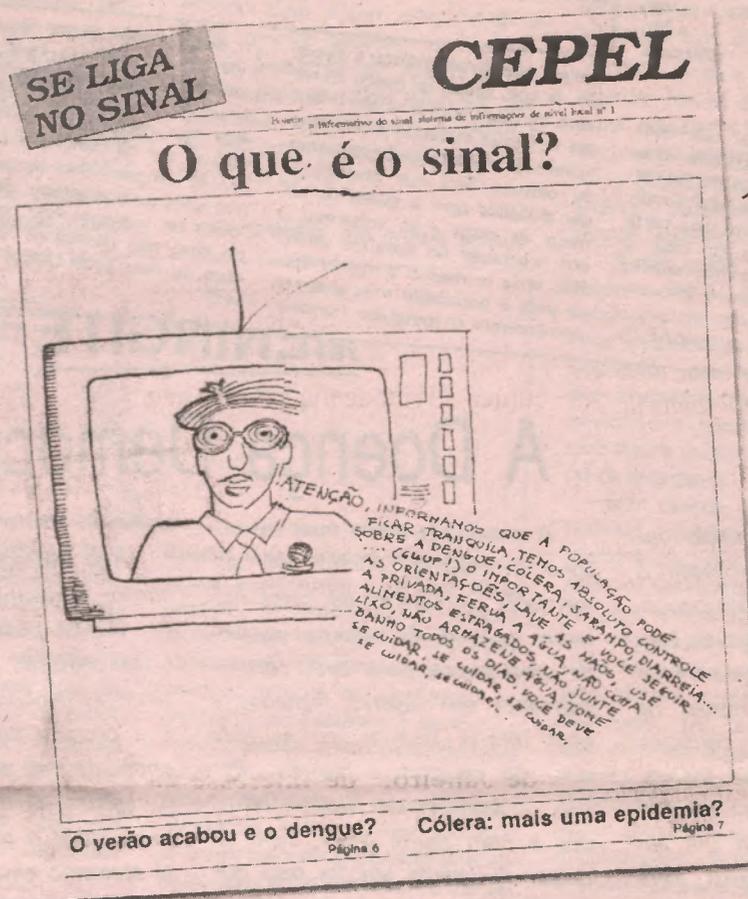
"Meningite: a Doença Democrática" _____ p 2

Página 8, do Sinal nº 1:

"Cadê a Informação que a População Precisa?" _____ p 3

Página 7, do Sinal nº 7:

"Entrevista: José Maria Cruz, uma vida de luta pela cidadania" _____ p 4



maior é o de produzir dados e sistematizar as informações existentes na perspectiva de contribuir na luta do movimento popular organizado pela melhoria da qualidade de vida.

[...] Os artigos desse primeiro boletim trazem para discussão alguns aspectos importantes na conjuntura sanitária nacional como a situação do dengue (que não acabou), da meningite e do cólera, que agora está aí – novamente

– ameaçando ser mais um dos problemas com que se defronta a população brasileira.

É preciso que não fiquemos passivos frente a essa situação e que possamos descobrir formas de enfrentamento coletivo para superá-la. "SE LIGA NO SINAL" é um caminho aberto nessa direção. ■

"SE LIGA NO SINAL" é um boletim bimensal que tem por objetivo divulgar informações, discussões e análises a respeito das condições de vida e saúde da população da Leopoldina.

Essa publicação, que tem início com esse número, se caracteriza enquanto um órgão informativo do SINAL (*Sistema de Informação de Nível Local*), cujo propósito

E a História Continua...

2

Em 1986-1987 houve uma epidemia de dengue do tipo 1 e o bairro mais atingido foi o Parque Proletário da Penha. Nos anos seguintes houve uma queda no número de casos que porém voltou a crescer em 1990, a partir de abril, mês em que foi descoberto o vírus do tipo 2. Ao final do ano anunciava-se uma epidemia de dengue do tipo 2 que poderia ser hemorrágico, forma mais grave da doença que pode inclusive levar à morte.

Em 1991, segundo dados da Coordenadoria de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde, os últimos números sobre a situação do dengue na cidade do Rio de Janeiro são os seguintes:

DENGUE 1	DENGUE 2
Mar 10.055 casos	Jan
Abr 4.551 casos	a Abr 690 casos
Mai 552 casos	
(1ª semana)	

É interessante notar que esses são os números de casos que "chegam" aos serviços de saúde. Na realidade o dengue atinge muito mais pessoas, sendo que uma boa parte delas trata a doença em casa, o que faz com que um grande número de casos não cheguem a ser notificados à Secretaria. Analisando toda a história do

O VERÃO ACABOU... O DENGUE TAMBÉM?



dengue, queremos levantar a discussão de que, apesar da queda no número de casos após o verão, o dengue continua atacando e o dengue hemorrágico continua hospitalizando pessoas. Será que devemos ficar aliviados com a queda do número de casos e só voltarmos a nos preocupar no próximo verão? Não seria o inverno a melhor época para a população e os governos combaterem o mosquito transmis-

sor dessa doença, já que nos meses frios ele se multiplica mais lentamente? Por que as informações não chegam a população para que ela saiba dos riscos que corre? Vale lembrar que na Venezuela a epidemia de dengue hemorrágico levou oito anos para acontecer. Será que vamos ter que continuar convivendo com essa doença até que mais cedo ou mais tarde chegue a nossa vez?

É fundamental que fiquemos alerta quanto a essa situação e possamos cobrar dos governos o seu papel no combate ao mosquito (passagem do fumacê, fiscalização sanitária, campanhas educativas...) durante "todo o ano". Por outro lado, o abastecimento regular de água deve ser assegurado a toda a população pois a precariedade desse serviço, em muitas localidades do Rio de Janeiro, faz com que a população precise armazenar água em latões, favorecendo assim as condições para a proliferação do mosquito.

Isso demonstra que ao lado das medidas individuais que são solicitadas à população como não deixar latões e caixas d'água abertos, não deixar acumular água em recipientes (garrafas, pneus, latas), trocar a água das plantas, etc., é preciso que se garanta o direito ao saneamento básico através de redes de esgoto, coleta de lixo e abastecimento regular de água tratada, o que é direito de cada indivíduo como cidadão e condição fundamental para o controle de uma série de doenças muito frequentes em nossa sociedade.

E daí perguntamos: Será que teremos que conviver eternamente com doenças muito veis como dengue, meningite, cólera...?

MENINGITE

A Doença Democrática

A meningite é a inflamação das meninges ("capas" que protegem o cérebro). A meningite meningocócica é causada por 3 tipos de bactérias (A, B e C), que causam febre, dor de cabeça e rigidez na nuca (quando não se consegue virar o pescoço), e se não for tratada pode levar à morte. No Rio de Janeiro tem ocorrido um aumento do número de casos, além do esperado, a partir de 1983. Em 1990 ocorreram 368 casos de meningite meningocócica (fora os casos de meningite por outras causas). Em 1991 (de janeiro a abril), tem havido um aumento de pessoas atingidas e ao longo dos anos a bactéria B tem feito adoecer um número cada vez maior de pessoas, principalmente crianças de 0 a 9 anos.

A meningite ataca mais no outono e inverno, porém tem aumentado o número de casos nos meses quentes. As bactérias passam de uma pessoa para outra, principalmente em lugares fechados e com muitas pessoas; ao ar livre elas não resistem e morrem. Por isso, é bom evitar lugares fechados e com muita gente, além de deixar as janelas abertas para que circule ar livre. Isso porém, esbarra nas condições de vida da população, pois há inúmeros casos de mais de uma família que moram juntas numa mesma casa ou de uma família em que todos ou quase todos os membros dormem em só cômodo, além da desnutrição que faz com que principalmente as crianças tenham facilidade de pegar a doença, pois o organismo fi-

ca menos resistente.

Ano passado houve vacinação contra a meningite B e C mas ainda não há conclusões finais sobre a real proteção da vacina. É importante a identificação dos sintomas e a procura do serviço de saúde, onde deve-se exigir que se faça o registro da doença para que se possa saber o quanto a doença está atacando em determinado lugar.

NA A. P. 31 (Área programática - Leopoldina e Ilha do Governador) onde a doença tem ocorrido da seguinte maneira, em 1991 de janeiro a abril:

Xª R. A. (Ramos) - 7 casos, com 2 mortes;

XIª R. A. (Penha) - 8 casos, nenhuma morte;

XXª R. A. (Ilha) - 10 casos, uma morte.

A meningite atinge também as pessoas com melhores condições econômicas, mas tem maior facilidade de pegar a doença aqueles que vivem em ambientes muito pequenos, onde mora muita gente, além da desnutrição que vem atingindo um número cada vez maior de crianças e que também favorece o ataque dessa e de outras doenças.

Portanto, é importante sabermos das informações para que possamos pensar o quanto as condições de vida de uma população influencia na sua saúde.

Mariângela

Cadê a Informação que a População Precisa

Os últimos acontecimentos vêm reforçar ainda mais a importância da informação no processo de formação da opinião pública, seja na conjuntura nacional ou internacional.

Por exemplo, na guerra do Golfo Pérsico, criou-se todo um sistema que trabalhava as informações visando sustentar ideológica e politicamente uma ação militar ligada a interesses que, efetivamente até hoje não ficaram bem claros para a sociedade.

Esta prática de manipular as informações também pode ser constatada perto de nós, em nosso dia-a-dia. Os dados referentes às duas últimas epidemias de DENGUE, e divulgações pela grande imprensa, não refletiam a realidade da totalidade da extensão da doença nos vários municípios do estado, dificultando desta forma o planejamento no sentido de se desenvolver eficazmente ações preventivas de controle da doença.

O mais preocupante, para aqueles engajados nas lutas pela melhoria das condições de vida e saúde das populações é a forma como as informações são trabalhadas, mas sempre visando encobrir responsabilidades dos setores governamentais. Um bom exemplo disso foi a campanha de esclarecimento e combate ao DENGUE, que se reduzia na pregação de cuidados individuais indispensáveis para não se contrair a doença. Sem dúvida são informações importantes, porém, nenhum noticiário mostrou que milhares de famílias no Rio de Janeiro não são atendidas devidamente pelo sistema de abastecimento de água e que isso dificulta, senão muitas vezes impede, a adoção de cuidados individuais

que são veiculados.

A partir daí, pode-se entender que a apropriação de determinadas informações são fundamentais para que os cidadãos possam cobrar das autoridades o cumprimento de suas obrigações quanto à aplicação do dinheiro público.

Agora mesmo, estamos assistindo diariamente nos meios de comunicação que o governo brasileiro gastará aproximadamente 140 bilhões de dólares para construir a primeira etapa da Linha Vermelha, enquanto milhares de famílias vivem sob pontes, em praças públicas, passarelas, marquises, moran-

No momento vive a sociedade um empasse colocado pela cólera que se avizinha. Afinal, de quem é a responsabilidade? Qual a relação desta doença também com a falta de saneamento básico? Mais uma vez a campanha oficial reduz a questão, quando diz que todo mundo deve filtrar e/ou ferver a água, quando sabemos que milhares de brasileiros não dispõem de dinheiro para comprar filtro ou gás. Que país e esse deixa a maioria de sua população chegar a tal situação de pobreza?

Certamente, são muitas as inda-



do outras tantas em favelas e morros sem saneamento básico, precisando de obras nas encostas para evitar desabamentos que trazem o flagelo e desespero a milhares de cidadãos. Só para termos uma pequena idéia, segundo o ITC (Instituto de Tecnologia para o Cidadão) com este dinheiro, poder-se-ia construir 300 postos de saúde, 100 hospitais de médio porte, 250 mil vagas em CIEPs e 17 mil casas populares.

Você considera justo gastar-se verba pública sem consultar a população? Será a Linha Vermelha no momento um aprioridade? Não existirá outra solução para resolver o problema do engarrafamento do trânsito na Av. Brasil?

gações que a grande imprensa não ajuda a população a refletir. Neste sentido a proposta do SINAL pode trazer grande contribuição: catalogando, sistematizando junto com os setores da população organizada, profissionais e tantos outros cidadãos comprometidos nas lutas pela elevação do padrão de vida e de saúde da população, informações que possam subsidiar a construção de propostas alternativas para o enfrentamento de alguns problemas e desafios urgentes que a sociedade vive hoje. Além do mais, pode o SINAL municiar os movimentos populares com dados e informações necessárias para que possam, com mais conhecimento de causa, cobrar do poder

público o cumprimento de suas responsabilidades.

O SINAL pode ainda contribuir à nível de formação de quadros, possibilitando aos movimentos populares o acesso ao instrumental de análise da realidade, que nem sempre é percebida em sua totalidade e nem de imediato.

Pode ainda o SINAL, constituir-se num fórum de aproximação do saber popular e científico, na perspectiva de construir-se novos saberes e propostas que respondam aos anseios, problemas e alguns desafios de nossa época.

Ainda como canal de comunicação o SINAL pode facilitar o intercâmbio de experiências e alternativas encontradas pelos movimentos populares para resolver determinados problemas nas áreas de saúde, educação e habitação entre outras que visam garantir o exercício pleno da cidadania.

Sem dúvida, ainda não se pode precisar, exatamente, o grau de importância que o SINAL terá para o movimento popular, uma vez que ele se construirá a partir das necessidades oriundas dos próprios movimentos e desta forma, estará sempre sendo reavaliado e replanejado. Daí a importância de que você nos envie para que divulguemos suas experiências e questionamentos, porque eles podem servir como ponto de partida para a construção de alternativas, lutas e enfrentamento de problemas em outras comunidades.

Não se esqueça, temos sempre um espaço para você.

Ermani Alcides A. da Conceição
Vice-Presidente da Associação dos
Moradores de Nova Holanda

José Maria Cruz, uma vida de luta pela cidadania

A história de nosso país vem sendo feita cada vez mais, desde o final da ditadura militar, em 1985, por homens e mulheres saídos do povo, por pessoas que até então viviam no anonimato. Cada qual tem seu valor e sua importância dentro das circunstâncias, em tempo e espaço. Para quem mora no bairro da Penha, o nome de José Maria Cruz, "seu" Cruz, não soará estranho se lembrarmos a luta contra a poluição do Cortume carioca e pela preservação da "Fazendinha". Foi um dos fundadores e primeiro presidente do CEPEL. Poucos conhecem no entanto, a história de vida e de luta desse filho das classes trabalhadoras que não larga seu bonézinho e aproveita qualquer oportunidade para lançar uma chispa anti-clerical em meio a um sorriso maroto.

José Maria Cruz nasceu no bairro da Gamboa, no dia 6 de fevereiro de 1912. Filho de portugueses, perdeu cedo o pai. Mas teve oportunidade de acompanhá-lo nas feiras por onde vendiam queijos. O trabalho foi uma imposição para a família numerosa que a mãe precisava sustentar. "Seu" Cruz fez muitas coisas: ainda menino, entregava roupa lavada pela mãe, trabalhou numa fábrica de espelhos, em uma companhia de seguros, em uma tipografia, em oficina de chapéus, uma serralheria, quase sempre em atividades de escritório. Isso apesar de ter o primário incompleto. Participante do sindicato dos gráficos desde 1937, militante do partido Comunista Brasileiro em 1947, veio a ser morador do Conjunto Habitacional do IAPI da Penha no ano de 1949. Desse ano em diante começa o trabalho de alfabetização de adultos.



"Seu" Cruz, como é que era esse curso?

— Nós convocávamos os alunos, fazíamos uma turma pequena e seguíamos o método que havia naquela ocasião, que era do Ministério da Educação (Anísio Teixeira foi um dos que trabalharam muito nesse sentido). Esses cursos eram dados nas favelas. Até que, no início de 1950, nós tomamos conhecimento de uma campanha que havia sido fundada no Recife, em 1943, a "Campanha Nacional de Educandários Gratuitos". Com mais dois amigos daqui nós conseguimos então fundar o Colégio França Júnior.

Colégio, como assim?

— O Colégio França Júnior era um estabelecimento de ensino médio, gratuito que funcionava à noite no Colégio Eurico Dutra, que nós temos aqui no nosso conjunto. À noite, como as salas estavam vagas, nós tínhamos duas turmas de admissão e um curso ginásial. A partir de 1956 nós diversificamos as nossas atividades com a instalação do curso científico... Nós tínhamos em média quinhentos e trinta alunos, sem considerar o curso de admissão. Tínhamos vinte e três professores e três funcionários na secretaria.

Se tudo isso era gratuito, quem é que bancava os professores?

— Havia por parte da comunidade uma contribuição espontânea. Nós pagávamos o nível salarial dos direitos sociais daquela época. Ao lado, nós tínhamos um salão de mil metros quadrados. Era o Grêmio Recreativo Esportivo e Educativo dos Industriários da Penha (GREIPE), do qual eu também fui um dos fundadores. Tínhamos um teatro, um jardim de infância com duzentos e cinquenta alunos, uma biblioteca e um cinema que funcionava todas as quartas feiras. Nós dávamos bailes cuja renda era em favor do ginásio. Tínhamos muitas atividades no GREIPE com a participação dos alunos.

"Seu" Cruz, conte-nos um pouco sobre a história da Associação de Moradores. Como é que era isso?

— A partir de 1977, 78 surgiram as Associações de Moradores. Esse movimento começou pela zona oeste e se prolongou por todo o município. Hoje temos a FAMERJ, A FAFERJ. Nós ingressamos aqui em 1979 e, em 1981 estávamos com a Associação dos Moradores e Amigos da Penha (AMAP) formada. Ela começou na defesa da Fazendinha, uma área aqui bem próxima de nós. Ali tem mais de três mil árvores. O movimento se acelerou na luta pela preservação da área... Nós voltamos para a Câmara dos Vereadores e, felizmente, obtivemos uma vitória muito boa... Mas o prefeito vetou. Não conseguimos anular o voto. Mesmo assim, ele assinou um decreto dando como "preservação ambiental". Posteriormente, reformulou esse decreto, estabelecendo que na área não se poderia fazer, nem parcialmente nem na sua totalidade, qualquer espécie de construção. Depois, a Associação tomou um aspecto diferente, voltada para o problema da poluição. É que nós tínhamos aqui nessa área o Cortume Carioca, uma empresa de capital suíço, que começou com a indústria de comércio de couro em 1920 mas, após o planejamento urbano feito pelo prefeito Marcos Tamoio, em 1976, o Cortume achou-se no direito de instalar aqui uma indústria química, subsidiária da STHAL norte americana. A partir daí ficou muito ruim. Se antes nós tínhamos o cheirinho próprio da indústria daquele trabalho de curtimento das peles, posteriormente veio a poluição por produtos químicos: acrilato de etila, cromo e outros produtos que não conheço. A coisa ficou muito ruim. Estávamos atingidos nos brônquios, na pele. Porém a coisa se limitava a pequenas queixas nos jornais. Em maio de 1985 foi o clímax. Houve um derramamento de acrilato de etila que atingiu aqui até o Meier. Eu possuo documentos da Defesa Civil quando eles vieram atender nossa reclamação. No relato eles dizem que quando chegaram na Praça da bandeira já começaram a sentir o cheiro, na Av. Brasil com mais intensidade e quando chegaram na Penha então disseram que era muito forte mesmo. E isso às duas da manhã.

E qual foi a atuação da Associação de Moradores?

— Então a partir daí, começamos a fazer um levantamento em todos os órgãos que estavam de certa forma ligados à defesa do meio ambiente: CEDAE, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, CECA (Comissão Estadual de Controle Ambiental), Secretaria Municipal de Defesa do meio Ambiente... Depois fizemos um levantamento sobre a saúde

da população e o produto químico. Nessa parte médica, contamos com o diretor do Posto de Assistência Médica do INAMPS, para averiguar a incidência das doenças gastrointestinais, dos brônquios, fígado, etc... Independente disso, coletamos com os membros da comunidade uma série de dados pessoais e nos foi dado, inclusive, receitas médicas. Fomos procurar saber o que era acetato de etila... Quer dizer, nós fizemos um trabalho muito bom envolvendo os órgãos em defesa do meio ambiente. Conseguimos fazer um debate com os engenheiros da FEEMA, onde estavam os representantes do Sindicato do Engenheiros Químicos do Rio de Janeiro, que passaram a nos assessorar. Então, nós levamos toda essa gama de material para o Secretário de Obras do Meio Ambiente. Quando ele viu nosso material disse que tinha condições de intervir no Cortume e foi o que aconteceu em dezembro de 1985. O Cortume ficou fechado durante quatro anos. Isso pesou muito no conceito da empresa. Afinal é uma empresa suíça. O comportamento deles lá é diferente. Então o Embaixador da Suíça, através do Consul do Rio de Janeiro, tomou posição. E o Secretário de Obras e Meio Ambiente achou por bem que fosse constituída uma comissão representativa da Associação de Moradores, do Sindicato dos Químicos e do Sindicato dos Funcionários do Couro, da empresa. Era presidida por uma representante da FEEMA. Nós nos reuníamos todas as quinta feiras para debater cronogramas e a evolução do trabalho para fazer recolocação para o distrito industrial de Santa Cruz.

"Seu" Cruz, como é que o senhor vê a importância dessa luta de vocês?

— Nós já tínhamos tido uma luta pela defesa ecológica em nome da Fazendinha. Depois, pela poluição do Cortume Carioca. É a movimentação da comunidade em defesa de sua própria saúde. É como se nós estivéssemos inseridos num trabalho junto aos médicos em defesa de nossa saúde aqui na comunidade.

No dia 26/06/90, o Jornal Última Hora publicou a notícia do fechamento definitivo da Divisão Química do Cortume carioca. Dois anos depois, o grupo multinacional encerra definitivamente as atividades de sua subsidiária no bairro da Penha, leiloando a área de 80.0000 m² onde estão as edificações da fábrica de curtimento de couro (O Globo 04/08/92 "Cortume Carioca leilão imóvel de US\$ 30 milhões"). A retirada do local está prevista para 1994.



Política de Nacional de Medicamentos: a falta dos genéricos essenciais

Na edição anterior, o *Se liga no SINAL* apresentou uma matéria chamando atenção da população da Leopoldina sobre os medicamentos genéricos. Procuramos enfatizar o significado desses remédios: os que têm o mesmo princípio ativo, ou seja, são produzidos com a mesma combinação dos ingredientes dos remédios de marca e provocam a mesma ação no organismo, mas são mais baratos, pois são produzidos após expirarem as patentes dos medicamentos inovadores. Mas ainda falta a produção de muitos medicamentos genéricos essenciais. Agora, publicamos informações sobre este grave problema de assistência à saúde da população.

Fernando Carlos Rosa Fernandes

A possibilidade de produção dos medicamentos genéricos, é sem dúvida um avanço, pois permite, a princípio, que a população tenha acesso a remédios de qualidade comprovada a preços mais baratos. Segundo a SOBRAVIME (Sociedade Brasileira de Vigilância de medicamentos), já são 224 tipos de medicamentos genéricos sendo comercializados (dados de maio de 2001). Mas desse total, quantos são essenciais?

Consultando a **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais** do Ministério da Saúde – RENAME 2000, constatamos que ela é composta por 321 medicamentos.

Tal relação cumpre a recomendação da Organização Mundial da Saúde – OMS, que é a de “*elaboração de listas nacionais de medicamentos essenciais: aqueles medicamentos de importância máxima, básicos e indispensáveis para atender às necessidades de saúde da população*” (RENAME 2000). Segundo a SOBRAVIME, do total de 224 medicamentos genéricos comercializados, 89 são essenciais; ou seja, apenas cerca de 27% da RENAME.

Assim, a maioria dos remédios genéricos produzidos não são de uso contínuo. Ao contrário, os que já estão disponíveis são justamente os que lideram a lista dos mais vendidos, imperando mais uma vez a lógica do mercado.

Embora tenha méritos uma política de medicamentos genéricos para o mercado, os pobres, a não ser que deixem de se alimentar, o que de fato já ocorre com os miseráveis, não têm a possibilidade de comprar, mesmo que mais baratos, tais medicamentos.

Apenas um dado da situação dos idosos brasileiros evidencia a urgência de

implementação de uma política de medicamentos genéricos essenciais para o setor público: cerca de 70% das pessoas com mais de 65 anos sobrevivem graças a inúmeros remédios de uso contínuo (por isso mesmo essenciais), e a maior parte recebe parcas aposentadorias, que acabam comprometidas com a compra de remédios.

A provisão de medicamentos essenciais é elemento fundamental para a implantação de ações públicas de saúde. Na verdade, a RENAME faz parte da Política Nacional de Medicamentos, tendo o intuito, ao menos no papel, de “*garantir o acesso e o uso racional de medicamentos para todos os setores da população*” e também “*promover o acesso da população a um conjunto de medicamentos essenciais pela rede do SUS*” (RENAME 2000).

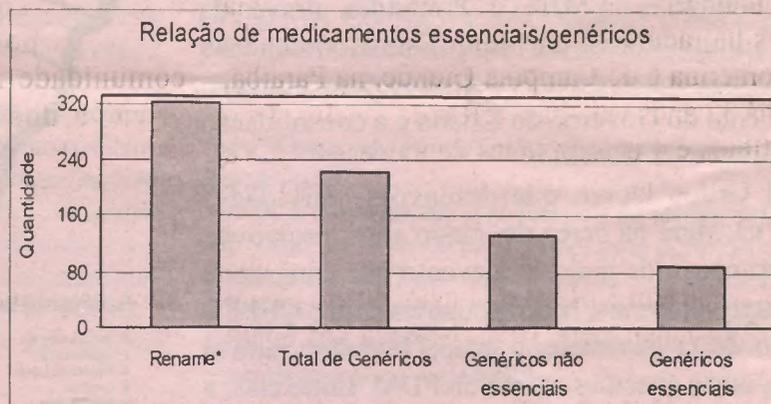
Para saber se essas intenções estão se concretizando, é preciso avaliar se o SUS está sendo abastecido, ou seja, se a população encontra, satisfatoriamente, os medicamentos essenciais na rede pública de saúde. Ou ainda, investigar como anda a produção de medicamentos nos laboratórios públicos. Segundo a SOBRAVIME (Boletim 34 – jul./set. de 1999), a maior parte dos medicamentos essenciais já pode ser produzida como genérico, isto é, já perdeu o respaldo das patentes. A propósito, deve ser destacado que a própria Política Nacional de Medicamentos – PNM – aponta a importância da produção no parque oficial de medicamentos essenciais genéricos.

Uma visita a um Posto de Saúde na região da Leopoldina revela uma situação surpreendente: os funcionários

responsáveis pela farmácia do posto, não sabem explicar quantos tipos de medicamentos essenciais encontram-se à disposição da população, assim como não sabem informar se os remédios procedem de laboratório público ou privado. Ou seja, o usuário, que está na ponta do sistema de saúde, não tem acesso à informação, que também não é domínio dos serviços.

Segundo Maria José Machado, Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro, em matéria publicada na RIOPHARMA, revista informativa da categoria, de jan./fev. de 2001, o parque oficial atende a apenas 30% da demanda do SUS.

Assim, permanecem algumas questões: por quê são apenas 89 os genéricos essenciais, ou seja, menos de 30% do total de genéricos comercializados? Por quê apenas 30% da demanda do SUS é atendida pelos laboratórios oficiais? Incapacidade de produção, falta de recursos ou de definição de uma política pública de interesse da maioria da população? ■



Rename (Essenciais)	Genéricos Comercializados (GC)	Genéricos não Essenciais (GNE)	Genéricos Essenciais (GE)	Porcentagem GC/Essenciais	Porcentagem GE/GC
321	224	135	89	27,7	39,7

* Relação Nacional de Medicamentos Essenciais/ Ministério da Saúde.



Farmácia Comunitária da Maré

Plantas medicinais e acolhimento: saber receitar, saber ouvir

Conheça o trabalho de atendimento a diferentes de problemas de saúde da população, da tosse ao estresse, realizado por um grupo comunitário da Vila Pinheiro.

Wallace Herman Júnior

A Farmácia Comunitária da Maré e o horto de plantas medicinais que a abastece de plantas para a produção de xaropes, pomadas, tinturas, garrafadas, chás e outros preparados fitoterápicos fica no Centro Comunitário José de Anchieta, na Vila Pinheiro, no Complexo da Maré e está funcionando desde 1993. Atualmente quem toca o trabalho da farmácia e do horto comunitário são três mulheres: duas migrantes nordestinas e uma do sul, todas moradoras da comunidade há muitos anos.

Todas elas são de origem rural e trouxeram da roça muito do que sabem sobre o uso de plantas na manutenção da saúde e no tratamento de doenças. Dona Maria de Lurdes é pernambucana de Caruaru, tem 3 filhos, 8 enteados, 5 netos e um bisneto. Migrou para o Rio de Janeiro há 26 anos e há 17 anos mudou-se para a Vila do João; até então era uma das moradoras das palafitas da Maré. Dona Domerina é de Campina Grande, na Paraíba, e há 32 anos veio para o Rio de Janeiro. Tem 5 filhos e 4 netos e antes de mudar-se para a Vila do João em 1983, também morava nas palafitas da Maré, “dentro d’água” como ela diz. E Dona Evelina é do interior de Santa Catarina, tem 5 filhos e 11 netos e veio para o Rio de Janeiro em 1956. Morava em Santa Cruz e mudou-se para a Vila do João, em 1986.

A farmácia e o horto comunitário tiveram início a partir de um treinamento no uso de plantas medicinais orientado pela Dra. Clara, da Pastoral da Criança, através de vários cursos promovidos pela diocese. Esses cursos vieram aprofundar o conhecimento prá-

tico sobre o uso de plantas medicinais que já traziam de sua origem rural, pois já usavam vários preparados fitoterápicos, principalmente xaropes, no tratamento de doenças pulmonares, muito freqüentes entre as crianças da comunidade, devido à poluição e às precárias condições de moradia, com muitas pessoas morando em espaços apertados e mal ventilados.

Depois desses cursos, a refinaria de Manguinhos também ofereceu cursos de aperfeiçoamento com botânicos e fitoterapeutas, que orientaram um curso de 3 meses concluído com um estágio, também de 3 meses, na Fazendinha, um parque público localizado na Av. Brasil, na altura do bairro Penha-Circular.

A Farmácia Comunitária da Vila Pinheiro atende mais de 300 pessoas por mês e vende “a preços simbólicos porque a comunidade não pode pagar muito”, frisa Dona Lurdes, cerca de 300 fitoterápicos mensalmente.

Desses 300 remédios naturais, cerca de 120 são xaropes e chás para problemas pulmonares e das vias respiratórias como pneumonia, bronquite, asma e diversas alergias. Elas são unânimes em apontar a poluição ambiental como a principal causa de doenças na comunidade, atingindo

igualmente crianças e adultos. Para ilustrar a questão, Dona Lurdes informa que a Vila do João está no centro de uma região altamente poluída, localizada entre a Linha Vermelha, a Refinaria de Manguinhos, o Aeroporto Internacional do Galeão e a Av. Brasil, além do parque industrial instalado na Leopoldina, acrescido da quase ausência de áreas verdes na região.

Os postos de saúde que atendem a comunidade reconhecem a eficácia dos fitoterápicos produzidos pela Farmácia Comunitária e já receitam aos usuários com problemas respiratórios os xaropes, bem como as pomadas, sabonetes medicinais e xampus para combater piolhos e coceira. Esses produtos são o segundo tipo de fitoterápico mais vendido pela Farmácia Comunitária. Coceira é um termo genérico para as micoses, doenças de pele causadas por fungos, devido não só às condições sanitárias e de moradia como também ao estresse, como aponta Dona Lurdes, com a concordância das outras. Para

elas o estresse é um dos grandes causadores de problemas de saúde na comunidade: “Hoje em dia o estresse está matando mais que dinheiro no bolso”, comentou Dona Maria de Lurdes.

Para Dona Evelina, o estresse é, pela ordem “o desemprego e os vários subempregos e “bicos” e a correria para atendê-los, o transporte coletivo massacrante, os problemas familiares, a violência e a falta de diálogo e amor. Ninguém escuta ninguém! As famílias não conversam mais entre si!”

Dona Lurdes explica que “tão importante quanto os remédios naturais, um dos recursos terapêuticos com que o grupo trabalha é a escuta.” Dona Evelina explica que “muitas das mais de 300 pessoas que procuram, mensalmente, a Farmácia Comunitária melhoram só com a conversa e o acolhimento fraterno que recebem; muitas vezes esquecendo-se do remédio que foram buscar. Sentem-se aliviadas só pelo fato de terem sido ouvidas, principalmente as pessoas idosas.” Dona Domerina resume a proposta do grupo: “O trabalho que fazemos é de acolhimento, o importante é que a pessoa se sinta bem”.

Todas são militantes religiosas há muitos anos, envolvidas nas atividades da diocese e da Paróquia de São José Operário. Segundo Dona Lurdes, “elas são da Igreja Povo e não da Igreja Pedra”

Além da fitoterapia, elas dominam várias técnicas de massagem terapêutica, que lançam mão conforme o caso. Dona Domerina, Maria de Lurdes e Evelina trabalham praticamente de graça. Do que arrecadam com a venda dos produtos, pagam as despesas do horto e da farmácia,

Os postos de saúde que atendem a comunidade reconhecem a eficácia dos fitoterápicos produzidos pela Farmácia Comunitária.

e o que sobra para dividir pelas três, lhes rende bem menos que um salário mínimo por mês. É de sua fé e militância religiosa que tiram a força e a energia para manter em funcionamento este trabalho tão singelo quanto eficaz.

Dona Maria de Lurdes, apresenta o quadro “Medicina da Natureza”, no Programa Saúde em Revista, da Rádio Catedral FM, que vai ao ar aos sábados, de 12 às 13 h.



FIQUE POR DENTRO

Verdejar - história e projetos pela defesa e recuperação do ambiente na Leopoldina.

8

O grupo Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo surgiu em 1997 no bairro do Engenho da Rainha, na vertente sul da Serra da Misericórdia, a partir da ação de dois moradores, Luís e Alex. Tiveram a iniciativa de plantar mudas que Luís já cultivava em casa com o intuito de plantá-las na Serra da Misericórdia, sonhando que a partir de ações deste tipo pudesse sensibilizar a comunidade para se engajar num movimento de recuperação das áreas verdes que ainda restavam no local.

Em 1998, o grupo deslançou promovendo uma série de atividades com a participação da comunidade: foram organizados dois plantios de mudas e quatro festas num local que o grupo passou a chamar de Praça do Meio. Esses encontros foram feitos com o intuito de atrair moradores da comunidade para participar do grupo e concientizá-los da importância da recuperação ambiental da Serra da Misericórdia para a melhoria da qualidade de vida da região.

Em 1999, o grupo fez contato com a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro para se orientar de como proceder para evitar que a favela que fica na rua Sérgio Silva se expandisse sobre a área verde restante que o grupo desejava transformar em Parque Público.

Através deste contato com a Comissão de Meio Ambiente o Verdejar articulou-se com outros grupos locais como os Verdes, originário da Ilha do Governador e a Bicuda Ecológica, que já atuava nos bairros de Vila Cosmos e Vila da Penha, do lado norte da Serra da Misericórdia.

A partir dessas articulações formou-se um movimento em defesa da Serra da Misericórdia que elaborou um dossiê orientado pelo geólogo Cláudio Martins da UFF e assinado pelos três grupos citados. Entre outras coisas, reivindicava a transformação da Serra da

Misericórdia em Parque Ecológico e a desativação das três pedreiras que operam na Serra, consideradas altamente poluidoras, fazendo dos bairros de Inhaúma e Engenho da Rainha os mais poluídos do Rio de Janeiro, segundo informou o jornal O DIA..

Atualmente, o Verdejar é dirigido por um colegiado de 9 membros e conta com o apoio de comerciantes locais e moradores. É filiado à APEDEMA (Assembléia Permanente das Entidades em Defesa do Meio Ambiente) e a representa no Consemac (Conselho de Meio Ambiente do Rio de Janeiro), tem assento na Comissão do Fórum 21 da A.P. 3 e no Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão.

Com sua atuação corajosa o Verdejar tem lutado contra a grilagem de terras na Serra da Misericórdia conseguindo inclusive desativar um loteamento irregular na rua Sérgio e Silva, reivindicando para o local a instalação de uma lona cultural e uma praça de esportes.

O movimento teve sua primeira grande vitória com a decretação da APARU(Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana) DA SERRA DA MISERICÓRDIA, pela prefeitura no final da administração de Luís Paulo Conde, em novembro de 2000.

Atualmente, além da intensa militância em defesa das poucas áreas verdes que ainda restam na Serra da Misericórdia, o Verdejar desenvolve três projetos na comunidade de Engenho da Rainha: o Recultura, de objetivos culturais; A Horta Comunitária, que visa a capacitação de moradores para o cultivo de plantas alimentícias e medicinais e o Reciclar para Respirar, de reciclagem de lixo e educação ambiental.

O Grupo Verdejar é composto por Luís Carlos Mattos Marins, Alex Alves Pinheiro, Edson Loyola Filho, Diogo Mauro, Ana Paula, Vera Lúcia, Paulo Biólogo, Márcia.

CENTRO DE ESTUDOS E
PESQUISAS DA LEOPOLDINA



Av. Brasil, 4036 - sala 907 -
Manguinhos - Cep: 21040-360
Tel: 2590 1998
2590 9122 ramal 307
E. Mail: cepel@alternex.com.br
Rio de Janeiro

IMPRESSO

SE
LIGA
NO
Sinal

Se você gostou do SINAL, faça uma assinatura. Você
estará contribuindo para a continuidade deste trabalho.
Assinatura anual: R\$ 10,00.

NOME: _____

PROFISSÃO: _____

ENDEREÇO: _____

TEL: _____

BAIRRO: _____

CIDADE: _____ CEP: _____